



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Trabalho profissional.

SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO INCLUSIVA: REFLEXÕES SOBRE UMA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO

Fernanda Lanzarini Da Cunha¹
Carolina Piá Verdum²

Resumo: compartilhamos neste texto uma experiência de estágio obrigatório em Serviço Social, vivenciada na política de educação inclusiva. Inicialmente, apontamos aspectos da relação entre educação e Serviço Social, especialmente sinalizando que ambos passaram por profundas transformações. Após, abordamos a construção do campo de estágio e as principais atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: serviço social; educação inclusiva; estágio em serviço social.

SOCIAL WORK AND INCLUSIVE EDUCATION: REFLECTIONS ON AN INTERNSHIP EXPERIENCE

Abstract: This paper presents an experience of mandatory internship in Social Work experienced in the policy of inclusive education. First, we will point out some aspects of the relationship between Education and Social Work, especially indicating that both have undergone deep transformations. At last, we shall approach the construction of the internship site and the main activities developed.

Keywords: social work; inclusive education; internship in social work.

1 Introdução

Nesta escrita, pretendemos tratar sobre o estágio em Serviço Social na política de educação inclusiva em uma instituição pública de ensino superior. Para isso, fazemos alguns ligeiros apontamentos sobre a relação entre educação e Serviço Social, de modo a destacar as transformações vivenciadas em ambas as áreas.

Na sequência, falaremos sobre os pilares que balizaram o processo de construção e abertura de um campo de estágio curricular em Serviço Social. Nessa parte, a intenção é abordar os principais documentos orientadores ao processo de estágio supervisionado, assim como destacar a relação intrínseca entre os atores, ou seja, o supervisor de campo, o supervisor acadêmico e o estagiário.

No fechamento do desenvolvimento, trazemos algumas ações produzidas no processo de estágio, analisando como essas práticas buscam incidir na realidade

¹ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <fer.lanza@bol.com.br >.

² Estudante de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: <fer.lanza@bol.com.br >.

concreta, expressando que nelas há intencionalidades para o tratamento da Questão Social. E, por fim, consideramos que a educação inclusiva, em uma conjuntura de expansão do conservadorismo e da contrarreforma educacional em curso no país, encontra-se exponencialmente ameaçada, podendo as pessoas com deficiência ser afetadas com maior intensidade nessa área.

2. Serviço Social e educação inclusiva: breves apontamentos

A relação entre educação e Serviço Social remonta ao século passado, especialmente ao período que circundou a Primeira Guerra Mundial (1910 a 1920). Nos quatro séculos anteriores a esse período, prevaleceu um sistema educacional voltado para as classes economicamente privilegiadas. Porém, ainda que houvesse uma dualidade desse sistema com outra percepção, tal qual a defesa da educação enquanto direito universal, foi somente a partir de 1930 que houve a intensificação dos movimentos em prol de um ensino voltado para o povo em geral (DENTZ; SILVA, 2015).

Desde então, a história denota características marcantes da relação entre educação e Serviço Social, destacando-se a perspectiva do Serviço Social daquela época em paralelo à visão de educação restrita a determinados grupos. Naquele período, o Serviço Social vivenciava um momento histórico de conservadorismo, onde se propunha “solucionar os problemas através de programas assistenciais de caráter imediatista” (CBCISS, 1986 apud DENTZ; SILVA, 2015, p. 17).

Com o movimento de reconceituação, o Serviço Social passa a trilhar uma atuação em direção ao acesso e garantias sociais, reconhecendo e intervindo na questão social inerente ao campo educacional. “É a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento da inserção do Serviço Social na área da Educação” (CFESS, 2011 apud DENTZ; SILVA, 2015, p. 15).

Assim como o Serviço Social, a educação também passou por profundas transformações. Primeiramente, destinada a públicos específicos, tidos como classe privilegiada, como já mencionado. Posteriormente, passou a ser considerada direito universal, culminando na expansão e democratização de acesso. Apesar disso, a educação sempre esteve atrelada ao sistema capitalista, dada a necessidade de qualificação da mão-de-obra, entre outros imperativos, bem como vinculada à história do Serviço Social no início do século passado, quando desempenhou ações voltadas à ordem capitalista (IAMAMOTO, 2000).

Embora a educação tenha sido estendida a todos, sem distinção, enquanto direito fundamental, ainda há profundas marcas da diferenciação feita nessa área, como, por exemplo, a educação para pessoas com deficiência. Nesse contexto,

imperou, por longo tempo, a educação especial a partir de instituições especiais que ensinavam às crianças e adolescentes com deficiência.

Atualmente, com a evolução da perspectiva de educação, vigora o modelo de educação inclusiva que, basicamente, prevê uma organização do sistema de ensino, desde um ponto de vista englobante, valorizando a diversidade e a diferença. Para a educação inclusiva, o ensino deve ter uma visão abrangente, que seja para todos juntos, priorizando uma prática heterogênea no processo de ensinar e aprender.

Outros pontos são centrais a serem abordados aqui, de modo a compreender algumas particularidades envolvidas no campo da educação que encontram conexão com as expressões da Questão Social, objeto de trabalho do assistente social. Primeiramente, ressaltamos que, historicamente, a deficiência foi vista como algo negativo, denotando a ausência, a falta, a improdutividade, o feio, o disfuncional, etc. Dessa forma, o ímpeto é perceber a pessoa com deficiência como incapacitada, pressupondo que, se lhe falta algo, imediatamente ela não consegue exercer determinadas atividades. Esse meio de conceber a deficiência foi reconhecido como modelo médico ou biológico.

Com as transformações conceituais na área da deficiência, campos de estudo passaram a evidenciar multifatores para explicá-la, descentralizando a visão do biológico e deslocando o olhar do aspecto orgânico para os aspectos sociais. A passagem a seguir demonstra com êxito a gama de condicionantes envolvidos na deficiência:

Quantas pessoas vivenciam ou passaram a vivenciar uma condição de deficiência em consequência da violência doméstica, da ausência de saneamento básico, da desnutrição, dos agravos à saúde, da dificuldade de acesso à saúde em seus diferentes níveis, da homofobia, da guerra contra o tráfico, dos acidentes e doenças relacionados ao trabalho, do acesso tardio ao tratamento especializado e à reabilitação, da violência no trânsito, entre outros (CUNHA; VERDUM, 2018, p. 4).

Nessa perspectiva sobre a deficiência, pode-se estabelecer com maior densidade a sua relação com as expressões da questão social no campo da educação, inclusive na esfera do ensino superior, embora ainda destaquemos a predominância de um sistema de ensino inclusivo subalterno aos ditames da normalidade e do neoliberalismo. Nesse sentido, adentramos, na próxima parte, versando sobre a construção de um campo de estágio em Serviço Social na área da educação inclusiva no nível superior.

3. Estágio em Serviço Social: construção do campo e supervisão

Nesta parte, discorreremos sobre aspectos que permearam o processo de abertura de campo de estágio em Serviço Social em uma universidade federal. Partindo das premissas da Política Nacional de Estágio (PNE), a construção do campo seguiu na diretriz da formação profissional constituída pela mediação entre teoria e prática. A Política Nacional de Estágio busca permanentemente “[...] contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias” (ABEPSS, 2008, p.1).

À luz da concepção explícita na PNE, qual seja a defesa de projeto de formação profissional contra a precarização do ensino superior, partilhamos da compreensão de que o campo de estágio fundado nos princípios e diretrizes dessa política se constitui como instrumento de luta da categoria em prol da formação qualificada. Nessa linha, a construção do campo de estágio e o desenvolvimento da supervisão primaram pela consonância com as diretrizes curriculares e com a direção ético-política do Serviço Social, conferindo alinhamento entre as prerrogativas normativas e a prática do estágio.

A respeito do estágio supervisionado em Serviço Social, atentamos para a sua regulamentação, disposta na Resolução do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) nº 533/2008, destacando algumas dimensões:

[...] a supervisão direta de estágio em Serviço Social, deve estar em consonância com o Código de Ética dos Assistentes Sociais, com as bases legais da Lei de Regulamentação da Profissão e com as exigências teórico-metodológicas das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social; [...] que a atividade de supervisão direta do estágio em Serviço Social constitui momento ímpar no processo ensino-aprendizagem, pois se configura como elemento síntese na relação teoria-prática, na articulação entre pesquisa e intervenção profissional [...] (apud ABEPSS, 2008, p. 4-5).

Reconhecemos, fundamentalmente, que a supervisão de estágio tem sido o elo promotor da reflexão sobre teoria e prática, sendo essencial seu desenvolvimento de maneira sistemática, constituindo-se como espaço de ensino-aprendizagem. A supervisão de estágio é

[...] um processo complexo, que supõe a apreensão da realidade concreta da sociedade, da formação, da universidade, do campo, do acadêmico e do processo de ensino-aprendizagem. Desse ponto de vista, é um espaço de ensino-aprendizagem, momento de vivenciar a reflexão, o questionamento e de incorporar a teoria numa dimensão pedagógica (LEWGOY, 2010, p. 132-133).

Assim, pensar a abertura de um campo de estágio, além de exigir o planejamento de tal construção, também perpassa reconhecer qual concepção de

supervisão será impressa no processo de formação, procurando garantir as condições para o seu andamento, de maneira que atenda às Diretrizes Curriculares de 1996.

Tem sido constante o desafio de materializar os princípios e objetivos do estágio no cotidiano da formação profissional. Sobre isso, a PNE dispõe que o processo de ensino-aprendizagem, através do estágio supervisionado, deve propiciar

[...] a articulação dos conteúdos que compõem os diversos componentes curriculares, abrangendo a concepção de estágio e supervisão e sua importância no processo de formação profissional; a apreensão da realidade dos campos de estágio e da dinâmica da atuação do(a) assistente social nestes espaços sócio-institucionais; a construção, operacionalização e avaliação de projeto de intervenção, a elaboração de relatório técnico-científico da experiência de estágio (ABEPSS, 2008, p. 26-27).

A Política de Estágio Supervisionado para o Curso de Serviço Social da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) é sustentada por princípios norteadores que, por sua vez, estão em consonância com os princípios ético-políticos da profissão, com as Diretrizes Curriculares de 1996, com a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e com o Código de Ética do Assistente Social de 1993. Conforme o documento orientador do estágio em Serviço Social dessa universidade, com um processo de estágio supervisionado pautado nas premissas da formação profissional,

Busca-se garantir uma formação que se baseia na teoria social crítica e vincula-se a um projeto societário que tem como objetivo a construção de uma nova ordem social baseada na justiça social e equidade, através da efetivação da dimensão ética, da defesa de seus princípios, e de sua dimensão política intrínseca no trabalho dos assistentes sociais (UFRGS, 2011, p. 4).

Um conjunto de valores assumidos no Projeto Ético-Político da profissão, como liberdade, democracia, direitos humanos, equidade, justiça social, pluralismo e cidadania, são incorporados na Política de Estágio em Serviço Social da UFRGS, acarretando no compromisso que permeou a abertura do campo de estágio que, por sua vez, deu-se na mesma organização. Como referido nesse documento e, por nós corroborados, esses princípios balizam as diretrizes curriculares da formação profissional e implicam na capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7).

Com tais pressupostos, aliados ao conjunto das atividades do curso de Serviço Social, incluindo o estágio curricular obrigatório como atividade integradora do currículo, pretende-se com o campo de estágio inserir o estudante em espaço sócio-institucional. Tal inserção tem por objetivo capacitar o estagiário para o exercício da profissão, o que requer orientação de maneira sistemática a ser realizada pelos supervisores de campo e acadêmico, prevendo-se também os momentos em tríade.

As supervisões sistemáticas realizadas no campo de estágio e no espaço acadêmico, assim como as efetuadas em tríade, são alicerçadas pelos planos de estágio elaborados em conjunto entre as unidades de campo e de ensino. Tais planos, segundo as Diretrizes Curriculares de 1996, têm como “referência” a Lei 8.662/93 (Lei de Regulamentação da Profissão) e o Código de Ética do Profissional (1993)” (ABEPSS, 1996, p. 19).

Dessa forma, compartilhamos do entendimento de que o processo formativo, o qual envolve a supervisão de estágio, precisa ser compreendido nas dimensões “coletiva, individual e crítico-reflexiva”. O ato de reflexão não pode ser despido de sua potencialidade, qual seja a dimensão político-epistemológica” (LEWGOY, 2014, p. 46).

A centralidade do estágio tem sido apontada pela categoria no sentido da vinculação à dimensão interventiva e investigativa, uma vez que permite a “[...] convergência e o desvelamento dos diversos conteúdos aprendidos em sala de aula, os quais parecem aos alunos, muitas vezes, distantes da realidade e desconectados dela” (ORTIZ, 2010, apud LEWGOY et al, 2014, p. 55).

Partilhamos da concepção de que a supervisão de estágio é um processo complexo, supondo apreensão da realidade, da formação e do processo de ensino-aprendizagem. Desse ponto de vista, o estágio é o “momento de vivenciar a reflexão, o questionamento e de incorporar a teoria numa dimensão pedagógica” (LEWGOY, 2010, p. 133). Foi, então, exatamente nessa lógica, que procuramos conformar no campo de estágio um espaço do qual estagiário e supervisores experenciassem um ambiente educacional compartilhado.

4. Estágio em Serviço Social: indissociabilidade entre formação e exercício profissional

Com direção à perspectiva de estágio em Serviço Social exposta, percebemos o estágio obrigatório como um divisor de águas no percurso da formação. É um momento muito especial e decisivo, pois

Configura-se em um processo coletivo de ensino-aprendizagem, no qual se realiza a observação, registro, análise e acompanhamento da atuação do(a) estagiário(a) no campo de estágio, bem como a avaliação do processo de

aprendizagem discente, visando a construção de conhecimentos e competências para o exercício da profissão. Esta avaliação deve ser realizada continuamente, contemplando duas dimensões: a avaliação do processo de estágio e a avaliação do desempenho discente, assegurando a participação dos diferentes segmentos envolvidos (supervisores acadêmicos e de campo e estagiários(as)) (ABEPSS, 2008, p. 15).

Assim, compreendemos o estágio obrigatório como um espaço que proporciona ao estudante a inserção na prática profissional, possibilitando ter contato com a realidade concreta e contraditória. Além disso, qualifica o estudante a uma postura crítica e reflexiva, constituindo-se em um momento único na formação profissional.

Dentre as atividades desenvolvidas no processo de estágio aqui tratado, o qual ocorreu em uma instituição federal de ensino superior, como já mencionado, ressaltamos aquelas que propiciaram a aproximação com os instrumentos utilizados pelo assistente social, como, por exemplo, o estudo social, o parecer técnico e o relatório de atendimento. Segundo Mito (2001) “o estudo social é um instrumento utilizado para conhecer a situação vivida por determinados sujeitos sociais, sobre o qual o assistente social é chamado a opinar” (p. 153). Ou seja, estudo social é um processo metodológico, um instrumento específico do Serviço Social, tendo por finalidade conhecer em profundidade e de forma crítica determinada circunstância ou expressão da questão social, objeto da intervenção profissional.

Nos três níveis de estágio desenvolvidos no Núcleo de Inclusão de Acessibilidade da UFRGS, foram produzidos pareceres técnicos pela equipe interdisciplinar, composta por uma assistente social, uma estagiária da mesma área e uma psicóloga. Tais pareceres correspondem a análises com base em saberes específicos, apontando a direção técnica pertinente a ser observada na tomada de decisões. Por isso, os pareceres são conclusivos e indicativos, visando a mediação entre a demanda apresentada, no que diz respeito à acessibilidade e o acesso ao direito.

No espaço sócio-ocupacional onde o estágio foi desenvolvido, produziram-se inúmeros pareceres técnicos, a fim de orientar as unidades acadêmicas das quais os estudantes com deficiência estavam vinculados, atentando para as demandas de acessibilidade que envolvam esses alunos. Desse modo, podemos dizer que tais pareceres conformam uma fonte especializada e técnica que busca atrelar os direitos das pessoas com deficiência com a política pública de educação inclusiva e com a política institucional de permanência no ensino superior. O artigo 5º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) dispõe sobre as atribuições privativas do assistente social, dentre elas a realização de pareceres em matéria de Serviço Social (BRASIL, 2011).

Já o relatório de atendimento é um documento que registra o acolhimento realizado pelo assistente social, bem como estabelece um histórico de acompanhamento de cada usuário. De acordo com Sousa:

[...] a utilização dos instrumentos de trabalho por escrito também possui uma fundamental importância: é aqui que se torna possível ao Assistente Social sistematizar a prática. Todo processo de registro e avaliação de qualquer ação é um conhecimento prático que se produz, e que não se perde, garantindo visibilidade e importância à atividade desenvolvida. E mais: sistematizar a prática e arquivá-la, é dar uma história ao Serviço Social, uma história ao(s) usuário(s) atendido(s), uma história da inserção profissional do Assistente Social dentro da instituição – é essencial para qualquer proposta de construção de um conhecimento sobre a realidade social (2008, p. 129).

Ainda a respeito do relatório de atendimento, julgamos pertinente frisar que, por ele conter informações privativas ao usuário, exige a observância do sigilo. Nisso, a previsão legal é disposta no artigo 16 do Código de Ética do Assistente Social: “ O sigilo protegerá o usuário em tudo aquilo de que o assistente social tome conhecimento, como decorrência do exercício da atividade profissional (BRASIL, 2011, p. 35).

Tais registros de atendimento, produzidos no estágio, foram de essencial importância para que outra dimensão da formação também fosse explorada: a investigativa. Na experiência de estágio trazida aqui, também foi possível desenvolver uma pesquisa que, posteriormente, deu origem a um artigo apresentado em evento.

O exercício dessa dimensão teve como base os registros de atendimento do Serviço Social e os pareceres técnicos elaborados. Então, foi possível atrelar a atuação profissional com o exercício investigativo na pesquisa, culminando no levantamento do perfil dos usuários atendidos e do conjunto de suas demandas que envolvem a acessibilidade.

O artigo citado compõem os anais do ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social) de 2018. A partir da elaboração dessa pesquisa, foi possível analisar dados relevantes para a atuação da equipe interdisciplinar, proporcionando uma reflexão crítica que resultou no aprimoramento de estratégias de intervenção.

Os resultados advindos da pesquisa também possibilitaram a construção do projeto de intervenção em estágio, especialmente justificando-o como ação que se propôs a incidir na realidade desvelada. Compartilhando um pouco desses resultados, resumidamente, podemos afirmar que foram encontrados dois conjuntos de solicitações em relação à via de atendimento dessas demandas.

O primeiro conjunto se refere às demandas que exigem uma intermediação do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (INCLUIR) com diversos outros setores da instituição, de modo a compor o atendimento transversal e descentralizado às

requisições que envolvem a acessibilidade. Já o segundo conjunto diz respeito às demandas de acessibilidade que são diretamente atendidas pelo INCLUIR.

Quanto ao primeiro conjunto, aquele que exige articulação com outros órgãos, a pesquisa desenvolvida no estágio constatou que esse representa 61% do total de solicitações relacionadas à acessibilidade que chegaram ao Núcleo. Esse expressivo quantitativo nos remeteu a uma percepção elementar: 61% dos pedidos por acessibilidade na universidade não eram imediatamente atendidos, pois dependiam do resultado na intermediação feita pelo INCLUIR, em conjunto com outros setores.

Diante desse cenário, o projeto de intervenção desenvolvido no estágio buscou debater com a comunidade universitária a necessidade de descentralização do atendimento das demandas que envolvem a acessibilidade. A partir disso, o desenvolvimento da intervenção possibilitou o estabelecimento, com os mais diversos atores da instituição (técnicos administrativos, professores e estudantes), de diálogo sobre o quanto as questões da acessibilidade perpassam diferentes fazeres no meio universitário, denotando a sua transversalidade.

O aprendizado adquirido nesse processo permitiu a compreensão de que a permanência dos estudantes com deficiência está diretamente ligada às condições de acessibilidade nas suas variadas dimensões. E isso, conseqüentemente, está relacionado com a participação plena no ambiente universitário, com as condições de acessibilidade arquitetônica, comunicacional, informacional e pedagógica.

A via de operacionalização do projeto de intervenção contou com duas modalidades, extensão e capacitação, onde foram ofertados seminários em diferentes *campi* da universidade. A intervenção do estágio esteve amparada pela Lei 8.662/93, pois o artigo 5º afirma o seguinte sobre as atribuições do assistente social: “coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social” (BRASIL, 2011, p. 47).

Desde a inserção da estagiária no campo de estágio, houve reflexões perante a violação de direitos das pessoas com deficiência, sobre diversas barreiras encontradas por esse público e também sobre o trabalho do assistente social. Avaliamos que a intervenção realizada, além de debater o direito das pessoas com deficiência no ensino superior, também propiciou uma análise sobre os serviços institucionais que ainda precisam avançar no quesito da acessibilidade, para que favoreçam a permanência dos estudantes com deficiência, expressando, assim, a relevância da intervenção executada no processo de formação.

Outra atividade desenvolvida no estágio foi o incentivo para a organização e construção de um coletivo de pessoas com deficiência na UFRGS. Esse incentivo, dotado de intencionalidade e que perdurou algum tempo, culminou, ainda que

inicialmente, na construção de um espaço coletivo e organizado de pessoas com deficiência da comunidade universitária. Destacamos aqui dois trechos do Código de Ética que dispõe sobre a relação com os usuários, do qual encontramos consonância com o nosso fazer em relação a isso:

Art. 5º São deveres do assistente social nas suas relações com usuários:
a - contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais; [...]
g - contribuir para a criação de mecanismos que venham desburocratizar a relação com os usuários, no sentido de agilizar e melhorar os serviços prestados (BRASIL, 2011, p. 29-30).

Avaliamos que o coletivo, por ser ainda muito recente, está em processo de consolidação. Contudo, destacamos o fator de unidade entre as pessoas com deficiência em torno de seus interesses em comum. Dessa forma, a intencionalidade investida para que o coletivo surgisse, vai ao encontro dos pressupostos do Projeto Ético Político do Serviço Social. Mais do que isso, o coletivo de pessoas com deficiência constituído na UFRGS expressa, também, um organização política, que dialoga com um movimento mais amplo, encontrando amparo da mobilização social das pessoas com deficiência.

Os movimentos sociais das pessoas com deficiência, na intenção de estimular o processo participativo e garantir a interlocução com o Estado, optaram por formalizar entidades jurídicas, “profissionalizando” serviços e lutas. Desta forma, constituindo uma identidade social e política, explicitaram as demandas e estratégias – ora de enfrentamento, ora de negociação – na construção do processo democrático e na busca do respeito às diferenças e da igualdade de oportunidades (FERREIRA; FILHO, 2013, p.106).

Assim sendo, depreendemos que o entrelaçamento de coletivos dessa natureza com o agrupamento social mais amplo das pessoas com deficiência, substancialmente consolida a identidade de ambos, somando esforços na luta por seus direitos sociais.

5 Considerações

Não há dúvidas que foi um significativo aprendizado o desenvolvimento do estágio em um espaço permeado de conflitos diretamente relacionados à expressão da questão social, mas também composto de possibilidades de construção. A educação em geral e, em particular, o ensino superior, ainda é espaço recente de inserção dos assistentes sociais, sendo mais comum a presença desses profissionais na política de assistência estudantil do que nos núcleos de inclusão e acessibilidade, no caso de instituições públicas de ensino superior.

Os núcleos de acessibilidade das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), não são regidos de normativa que expressem quais servidores devem compor a equipe interdisciplinar. No entanto, expressamos a importância de profissionais do

Serviço Social na composição dessas equipes, destacando a contribuição dos valores contidos no Projeto Ético-Político (PEP) com o trabalho nessa área. O PEP, que tem como princípios a democracia, os direitos humanos, a cidadania, a equidade, a justiça social e a eliminação do preconceito, é constantemente presente na atuação do assistente social sobre as expressões da questão social, explicitadas, como por exemplo, nas frágeis (ou ausentes) condições de acessibilidade na educação superior.

A luta para a construção do acesso aos direitos sociais pelas pessoas com deficiência no ensino superior público tem sido constante. Tempos sombrios nos sobressaltam, tornando os desafios ainda maiores, sendo preciso, mais do que nunca, o fortalecimento da articulação entre os operadores da política de educação inclusiva com o movimento social das pessoas com deficiência.

Com o avanço do conservadorismo, da contrarreforma da educação e dos cortes alarmantes na política de educação, todas as demais políticas públicas também são atingidas. É nesse cenário que somos todos convocados a exercer resistência frente ao estreitamento de acesso aos direitos. A educação pública e de qualidade sofre exponencial ameaça, desafiando, dessa maneira, a reorganização e unidade entre trabalhadores e estudantes.

REFERÊNCIAS

ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). 2008.

_____. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro. 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 03/05/2019.

BRASIL. Código de Ética do assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9 ed. revisado e atualizado. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2011.

_____. Resolução nº 533 do CFESS. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social. 2008.

CUNHA, Fernanda Lanzarini da; VERDUM, Carolina Piá. A experiência do INCLUIR na UFRGS: uma análise sobre as demandas das pessoas com deficiências. In: Anais do XVI ENPESS (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social). "Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e serviço social". Vitória - ES, dezembro de 2018.

DENTZ, Marta Von; SILVA, Roberto Rafael Dias da. Dimensões históricas das relações entre educação e Serviço Social: elementos para uma revisão crítica.

In: Desafios ao Serviço Social em Diversos Países. Revista Serviço Social & Sociedade. Editora Cortez, 2015.

FERREIRA, G.; FILHO, A. Cabral. Movimentos Sociais e o Protagonismo das Pessoas com Deficiência. SER Social, v. 15, n. 32, p. 93-116, 30 set. 2013.
IAMAMOTO, Marilda Villela. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. 5º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A política de estágio supervisionado em Serviço Social: instrumento político pedagógico na formação profissional. In: Supervisão de estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente. LEWGOY, Alzira Maria Baptista; CARLOS, Sérgio Antonio Carlos (Orgs.). Porto Alegre: Prorext/UFRGS, 2014.

_____. Supervisão de estágio em Serviço Social e os instrumentos normativos: a direção ética, política, teórica e pedagógica. In: Supervisão de estágio em Serviço Social: uma perspectiva de formação permanente. LEWGOY, Alzira Maria Baptista; CARLOS, Sérgio Antonio Carlos (Orgs.). Porto Alegre: Prorext/UFRGS, 2014.

MIOTO, Regina Célia Tamasso. Perícia Social: proposta de um percurso operativo. Serviço Social & Sociedade n 67- Temas Jurídicos. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. Emancipação, Ponta Grossa, v. 1, n. 8, p.119-132, 30 abr. 2008.

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Política de Estágio Supervisionado para o Curso de Serviço Social. Porto Alegre. 2011. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/psicologia/graduacao/servico-social/comgrad/comissao-de-estagios/politica-de-estagios>. Acesso em: 03/05/2019.